

Capítulo 1

Função social da escola e gestão democrática: caminhos para desconstrução de uma ótica neoliberal de educação

Leandro Santos da Silva

José Lúcio Santos Muniz

Introdução

Esta investigação tem como objeto de estudo a reflexão acerca da função social da escola e a gestão democrática como caminho para desconstrução de uma ótica neoliberal de educação, especialmente nas escolas da rede pública de ensino. Analisa-se a educação como tendência neoliberal em relação à gestão democrática e à função social da escola, numa perspectiva em que os aspectos desta tendência estão enraizados na forma de construir educação na contemporaneidade.

Este trabalho tem como motivação a reflexão acerca das características atribuídas à ótica neoliberal de educação, a fim de verificar/trabalhar meios e mecanismos para desconstrução desta tendência, tais como a educação a serviço do capital (a desconstrução da ideia de educação para o capital justifica-se este estudo). Assim, como questão de partida, apresentamos a seguinte pergunta: como desconstruir e possibilitar uma educação para além da concepção neoliberal de educação?

O objetivo geral deste estudo centrou-se em analisar a função social da escola, relacionando-a à gestão democrática como mecanismo de desconstrução de uma ótica neoliberal de educação. Como objetivos específicos, buscou-se: pesquisar como os aspectos neoliberais estão inseridos nas escolas; investigar as concepções de gestão democrática e a função social da escola e refletir acerca dos mecanismos educacionais que possibilitem a conscientização cidadã, política e social dos educandos.

Este estudo é derivado de uma pesquisa de natureza qualitativa, por procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica, constituído por materiais já publicados, tais como as obras de Saviani (1996; 1999), Libâneo (2001; 2007), Vitor Paro (2002; 2016) e Lück (2009; 2011) e Silva (1994), junto às reflexões por meio de legislações educacionais, corroborando o que Gil define acerca deste tipo de pesquisa: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2002, p. 41).

O processo de seleção do material bibliográfico considerou dois critérios principais, especialmente nas áreas de gestão escolar e função social da escola, sendo: (1) relevância teórica, privilegiando autores clássicos cuja produção é amplamente reconhecida nessas áreas em questão; e (2) pertinência temática, buscando obras que discutem gestão escolar, políticas públicas e fundamentos críticos da educação.

Segundo Saviani (1996, p. 36), a escola destina-se à promoção do homem e à sua formação. Esta, por sua vez, envolve-se em relações e aspectos que problematizam esta

promoção, devido às interferências ao longo do processo formativo e às respectivas ideologias educacionais das instituições.

Ao refletir a educação sob a ótica neoliberal, analisam-se os objetivos dessa tendência educacional, compreendendo essa tendência como um mecanismo a serviço do capital, instituindo nos sujeitos, o seu *modus operandi*, que se caracteriza pela subjetivação dos mesmos, possibilitando uma educação seletiva, excludente e tendo como objetivo a formação para o mundo do trabalho - nesta perspectiva, a escola funciona como um aparelho ideológico da concepção neoliberal e ferramenta para concretização dos objetivos da mesma.

São muitos os aparelhos ideológicos de Estado, segundo Althusser (1980), e entre eles está o aparelho escolar. Para o autor, "Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, [...] concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista" (p. 62). Nesta perspectiva, entende-se que a escola age em favor das classes dominantes, para reproduzir seus interesses e manter uma relação de exploração entre os indivíduos por meio do sistema capitalista.

A escola reproduz os interesses/as ideologias de uma classe dominante para a manutenção do sistema de exploração capitalista. Deste modo, refletir sobre a relação da educação, para quem ela serve em um contexto histórico-social, é base que possibilita compreender como se entrelaçam as instituições de ensino no país com as tendências neoliberais.

Deste modo, refletimos a educação em organizações institucionais escolares, sob a ótica de uma gestão democrática e participativa, pautados em refletir a função social da escola em uma perspectiva para além de uma ótica capital/neoliberal de educação. Compreendendo a educação como um processo de construção, diálogo e sobretudo um aparelho que visa a preparação dos indivíduos para o exercício da cidadania e a sua plena formação e participação social.

A inter-relação entre a escola e a tendência neoliberal de educação

A gestão-administração das instituições é gerida por mecanismos técnicos, por tendências e por aspectos ideológicos. No campo educacional, no âmbito da tendência-ideologia, percebe-se o neoliberalismo como uma derivação do liberalismo, que se constitui como um aglomerado de concepções políticas, sociais e econômicas a serviço do capitalismo, que segundo Azevedo (2021, p. 78), defende como princípio básico a não participação (ou a mínima participação) do estado em assuntos econômicos. Por essa lógica, a ótica social da educação minimaliza-se aos interesses do capital e seus derivados segmentos.

Esta gestão, com aspectos ideológicos neoliberais, é nutrida no seu campo administrativo, excessivamente hierárquica, controladora, burocratizada, em que visa a uniformidade e padronização, em detrimento da autonomia e da criatividade, na consolidação dos objetivos imediatistas da tendência. Ao discorrer sobre o neoliberalismo, Silva (1994) também expõe que o "neoliberalismo se caracteriza por pregar que o Estado intervenha o mínimo na economia, mantenha a regulamentação das atividades econômicas privadas num mínimo e deixe agir livremente os mecanismos de mercado" (p. 26). Sendo este fomentado para o capital e seus interesses.

Numa concepção educacional, o autor expressa que os aspectos neoliberais se institucionalizam e se regulamentam no campo educacional no intuito de modernização e

reestruturação de modelos-gestões educacionais, pautados em uma pseudo qualidade educacional da ótica neoliberal. Ao refletir sobre uma administração escolar de inspiração neoliberal, Vitor Paro explica que:

Com o propósito de diminuir custos, isentando-se dos encargos do ensino, procura-se, por um lado, moldar internamente as unidades escolares ao feitiço da empresa mercantil, aplicando aí os princípios e métodos da chamada administração geral (que nada tem de geral, pois politicamente interessada em manter a dominação e a desigualdade de posição do trabalho diante do capital). [...] a ação é movida por uma concepção de educação totalmente desvinculada de sua condição histórica e emancipadora do ser humano pela apropriação da herança cultural a que todos teriam direito. (Paro, Vitor Henrique. 2002, p. 22).

Nessa perspectiva, a educação, por meio da gestão/coordenação escolar, comporta-se como agente do/para o capital, com a implementação de modelos e mecanismos “ideais” que minimalizam a educação como produto para o capital/mercado - e formação de sujeitos para o mesmo. Nisso, constituem processos educacionais que promovem a individualidade, o conteudismo e o seletivismo, classificando e desqualificando sujeitos ao longo do processo educacional (por meio de processos avaliativos, geralmente exames em avaliações somativas).

A avaliação escolar (somativa - que visa o acúmulo de notas/pesos), é um dos fatores que mostram a perspectiva neoliberal de educação na escola, utilizada para selecionar, classificar e excluir pessoas ao longo do processo educacional, contrariando a sua real função no processo educativo. Conforme Luckesi (2011), a avaliação “manifesta-se como um ato dinâmico que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências na direção da construção, dos resultados que se deseja” (p. 77) na aprendizagem.

Neste aspecto, a avaliação, um dos aparelhos em que se relaciona a educação com o neoliberalismo, funciona como meio para reestruturação (diagnóstico) das ações educacionais e dos objetivos educacionais, não como meio de segregação, que permeia os espaços e sistemas escolares no país, classificando quem serve e quem não serve, quem será qualificado e quem não será qualificado no capital/mercado, contribuindo com as desigualdades sociais, econômicas e intelectuais.

Em contextualização histórica, recorda-se também que o tecnicismo em cenários mundial (ocidental) e nacional (década de 60), foi e é um modelo de educação neoliberal, em que formaram e formam pessoas para o mundo do trabalho, baseando-se em aspectos relativamente instrucionais para a formação e manutenção das pessoas no mercado - possibilitando somente o básico-necessário para a realização da ação laboral - o que foge a uma perspectiva de educação crítica e emancipadora contemporânea.

Segundo Libâneo (2007), em uma perspectiva tecnicista, o objetivo/interesse imediato é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, construindo neste processo formativo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. Tais aspectos, tais como os processos avaliativos, nos levam a refletir sobre os objetivos e interesses da escola, enquanto objetivo/resultado.

Em contexto atual, a concepção neoliberal está atrelada a uma pseudo qualidade no processo de ensino-aprendizagem, o que é objetivo neoliberal, conforme explica Libâneo (2001), que “na ótica neoliberal, qualidade da educação tem significado o provimento das

condições para que os indivíduos sejam preparados para o enfrentamento da competitividade internacional.” (p. 18).

Nesta concepção, a escola deve proporcionar os meios necessários para a formação dos sujeitos (mecanismos que possibilitem sempre a qualidade desejada no processo de ensino-aprendizagem, tais como atualização de prática-processos administrativos, inserção de novas tecnologias - especialmente as informáticas - e meios de aferição dos resultados de aprendizagem). Ao refletir sobre a escola e qualidade, Libâneo explica que:

A escola não é uma empresa, o aluno não é um cliente e nem meramente um consumidor. A qualidade é um conceito implícito aos processos formativos e ao ensino, implica educação geral unilateral, voltada para a cidadania, para a formação de valores, para a valorização da vida humana em todas as suas dimensões. Isso não leva a educação escolar a se eximir do seu contexto político e econômico, nem sequer de suas responsabilidades de preparação para o trabalho, mas, também, não pode estar subordinada e a serviço exclusivo do modelo econômico. (Libâneo, J. C. 2001, p. 19).

Nesta perspectiva, uma escola de qualidade é uma escola para o desenvolvimento social e econômico de todos, e não para alguns (como o sistema de competitividade, derivado da tendência neoliberal, propõe). Ao discorrer sobre Libâneo (2007) em seus estudos acerca das tendências pedagógicas na prática escolar, sob a ótica da pedagogia liberal, infere que:

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, por meio do desenvolvimento da cultura individual. (Libâneo, 2007, n.p.).

Nesta perspectiva, Libâneo expressa que a educação sob os aspectos liberais, base para os aspectos neoliberais, se entrelaça sob uma ótica de formar o educando para o mundo do trabalho, quando busca desenvolver suas aptidões individuais e não necessariamente os aspectos que compõem a coletividade dos sujeitos e demais requisições para com a sociedade. No que compete à visão da relação escola e o neoliberalismo, Libâneo também enfatiza que:

O impacto do neoliberalismo fez desmoronar aspirações por uma educação centrada no ser humano e no seu desenvolvimento e impôs a hegemonia da educação pragmática utilitarista por meio de políticas imediatistas de formação de sujeitos centrada na rentabilidade econômica. (Libâneo et al., 2017, p. 07).

Neste sentido de qualidade educacional, Silva (1994), explica que em uma concepção neoliberal, aspectos como igualdade e justiça social tem espaços reduzidos no diálogo/discussão da gestão pública, suprimidos por aspectos de produtividade, eficiência e “qualidade” educacional, que é chamada de *Gestão da Qualidade Total (QGT)*, que se sintetiza em uma educação institucionalizada, que refletem a pseudo qualidade da gestão sob a ótica privada/do mercado de educação, em detrimento da gestão pública.

Neste aspecto, ele explica que:

O discurso da qualidade total, das excelências da livre iniciativa, da “modernização”, dos males da administração pública reprime e desloca o discurso da igualdade/desigualdade, da justiça/injustiça, da participação política numa esfera pública de discussão e decisão, tornando quase impossível pensar numa sociedade e numa comunidade que transcendem os imperativos do mercado e do capital. (Silva, T. T. 1994, p. 21).

Este aspecto da qualidade total, em que é base do discurso neoliberal, acaba por suprimir discursos inerentes e necessários à sociedade - resumindo a educação a um produto e/ou meio para o desenvolvimento do capitalismo, em detrimento dos aspectos humanistas e das temáticas inerentes ao campo educacional.

Contextualizando aspectos neoliberais com a realidade contemporânea da educação do país, a discussão acerca do Novo Ensino Médio (NEM), disposto pela Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9.394/1996), reflete uma tendência neoliberal de educação, em que suprime disciplinas importantes introduzidas no processo de formação discente dos jovens brasileiros, no intuito de construir um novo currículo pseudo favorável à preparação e qualificação técnica para o mundo do trabalho, por meio de itinerários formativos, com ênfase nas áreas de conhecimento e na formação técnica/profissional.

Esse aspecto é evidente, conforme o inciso V do artigo 4º desta lei citada, que altera o artigo 36º da Lei n.º 9.394/1996 (LDB), em que enfatiza a ação e promoção para o mundo do trabalho, quando altera esta LDB e inclui ao currículo do ensino médio a formação técnica e profissional.

Deste modo, esta não é uma possibilidade inovadora, tampouco progressista, pelo contrário, esta proposta/tendência só tende a precarizar ainda mais a formação dos jovens brasileiros, uma vez que disciplinas e temáticas necessárias ao processo formativo lhes serão retiradas/reduzidas, proporcionando um déficit intelectual, crítico e reflexivo acerca de assuntos importantes do âmbito educacional, tais como conhecimentos históricos, geográficos, sociológicos e filosóficos, que poderão ser reduzidos e/ou retirados de sua grade.

A problemática desta lei/proposta se estende ainda no que tange ao ensino, ao dispor que qualquer profissional com ensino superior e notório saber pode lecionar no NEM (exclusivo ao ensino técnico-profissional e áreas afins) e profissionais com somente formação pedagógica (Art. 6º, incisos IV e V da Lei n.º 13.415/2017). Na prática, esta ação, além de precarizar e mecanizar o processo de ensino-aprendizagem (pois estes profissionais não foram devidamente qualificados para lecionar), ainda poderá deixar sem campo de trabalho professores verdadeiramente qualificados-licenciados na rede pública de ensino.

Nesta afirmativa, entende-se o impacto das concepções neoliberais de educação, em que são pontuais e destinados a uma perspectiva fundamentalmente econômica - os aspectos neoliberais estão inseridos nas hierarquizações, no autoritarismo, na padronização dos processos de ensino-aprendizagem, nos sistemas avaliativos e excludentes, etc.

Tendo como perspectiva o que pressupõe o contexto histórico e as legislações contemporâneas educacionais vigentes e norteadoras acerca da função social da escola, a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) dispõe em seu artigo 22 que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Nesta perspectiva, o aspecto da educação como preparação para o mundo do trabalho é interligado, contudo, tem-se a finalidade específica que é possibilitar o exercício da cidadania (que envolve vários aspectos da educação enquanto função e meio).

Deste modo, as ações metodológicas, projetos e ações no desenvolvimento do trabalho docente/pedagógico se norteiam a uma perspectiva de formação individualista dos educandos, formando-os para a competitividade, seleção, provas/conteudismo, sem os formar necessariamente para a sociedade, considerando apenas os aspectos de preparação para com o mundo do trabalho (na rentabilidade econômica futura), desprezando fatores importantes para uma educação plural, tais como cultura, sustentabilidade/meio ambiente, respeito, humanidade, diversidade, etc.

A relação entre a função social da escola e a gestão democrática.

A função é aquilo que liga os interesses e o agir pedagógico nas escolas. A escola, sob a ótica neoliberal de educação, está fundamentada em resultados/imediatismos, e quando não se obtém este objetivo, define-se ela como fracassada na sua missão de “educar”. Deste modo, segundo Azevedo (2021), em comparação, defende que “um dos pilares ideológicos de sustentação do neoliberalismo é a pretensa eficiência imanente da administração privada e da alocação de recursos por intermédio do mercado” (p. 82), em que, como produto desta ideia, infere-se que “Este aforismo neoliberal é reforçado pelo preconceito de que a administração pública é, por natureza, perdulária, ineficaz e ineficiente” (p. 82).

Desta ótica de eficiência e ineficiência, de resultados e inércia, pensa-se o senso comum de que a educação deve estar amparada sob/unicamente a ótica do resultado (a educação como produto - produto para o capital), sendo esta a sua função. Corroborando a ideia do neoliberalismo como produto para o capital, Pablo Gentili, em sua análise sobre a concepção neoliberal de educação e sobre a função social da escola, expõe que:

Na perspectiva dos homens de negócios, nesse novo modelo de sociedade, a escola deve ter por função a transmissão de certas competências e habilidades necessárias para que as pessoas atuem competitivamente num mercado de trabalho altamente seletivo e cada vez mais restrito. A educação escolar deve garantir as funções de classificação e hierarquização dos postulantes aos futuros empregos (ou aos empregos do futuro). Para os neoliberais, nisso reside a "função social da escola". (Gentili, Pablo. 1996, n.p.).

Os pressupostos neoliberais de educação estão inseridos no âmbito educacional nos micros espaços da rotina e daquilo que compõe a instituição escolar. Eles estão nas formas organizacionais, nas estruturas e na relação entre gestores e a equipe escolar (nas hierarquizações) e nas avaliações escolares (formas de classificação e exclusão), por exemplo.

E essa realidade é prevista em ambientes escolares, pois as escolas muitas das vezes não estabelecem uma gestão democrática nas escolhas que competem à rotina e à identidade escolar.

Segundo Libâneo (2007, apud Pereira, C. M. R. B.; Carlotto, D. R. 2016, p. 06), são três os objetivos da escola: “(1) a preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional; (2) formação para a cidadania crítica e participativa; (3) formação ética”. Esses objetivos da escola dispostos por Libâneo formariam uma espécie de equilíbrio no processo formativo, uma vez que estabeleceria aspectos para o desenvolvimento pessoal e o coletivo, participando os educandos de forma cidadã, crítica, participativa e ética na sociedade e no desenvolvimento social.

Sob esta perspectiva, a escola contemporânea se fundamenta nessas ações, mediante currículos voltados ao mundo do trabalho, globalização, novas tecnologias e as formas de comunicação/interação atual, percebidas nos projetos/planos de aulas das redes públicas de ensino, contudo, ainda se espera muito que os aspectos de uma formação para *a cidadania crítica e participativa e ética* sejam aprimorados no ambiente escolar. Quiçá, tais questões não sejam bem exploradas porque não se estabeleceu ainda para que a escola/educação se destina e para quem se destina.

Sob a ótica de para quem a educação se destina (paralelo à sua função), Saviani (1996) afirma que a “educação se destina [...] à promoção do homem” (p. 36). Segundo o autor, a escola e o processo educacional se justificam/se fundamentam na promoção do homem. A educação, nesta perspectiva, busca o aprimoramento e desenvolvimento do homem enquanto sujeito na sociedade, tendo como destino o ideal do processo educativo, a sua própria promoção. A escola se organiza e se sistematiza para esta promoção, que se alinha às perspectivas sociais e econômicas na contemporaneidade.

Esta promoção do homem busca “torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela, transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens” (Saviani, D. 1996, p. 38). Sob este aspecto, a promoção do homem enquanto educando, é também uma forma de otimização dos processos em que estes estão inseridos, sob uma característica de transformação e interação na sociedade.

Tendo a educação enquanto função social a promoção do homem, Gonçalves (1971, apud Saviani, Dermeval. 1996, p. 47) explana que a educação, sob esta ótica, deve “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações, cuja ação e participação permita continuidade e a sobrevivência da cultura, e, em última instância, do próprio homem” - neste sentido, tecendo caminhos para que esta concepção seja possibilitada ao longo do processo educacional. Deste modo, a educação para promoção do homem perpassa a ótica de uma educação de formação para o social - sendo o sentido da educação a promoção do próprio homem.

O homem é o objeto motor da sociedade. Quando o objeto de intenção da escola é a formação do homem e a sua promoção, que se entende como desenvolvimento e otimização das relações que o envolvem, automaticamente se promove a sociedade, uma vez que esta sociedade é composta e regida por homens. Nesta perspectiva, a escola que tem como função a promoção do homem deve dispor de metodologias, gestão e coordenação que estejam comprometidas com o desenvolvimento dos educandos, proporcionando possibilidades e alternativas para que estes sujeitos se desenvolvam em diferentes aspectos:

sociais, econômicos, emocionais e éticos, a fim de fomentar a promoção destes sujeitos e a formação destes em sua totalidade.

Tais aspectos fazem analogia ao que dispõe o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, em que expressa que “A educação [...] será promovida [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A promoção do homem deriva de alguns aspectos educacionais, este, a promoção do conhecimento. Segundo Saviani (1999), é função da escola a socialização do conhecimento (p. 98). A promoção do sujeito se discorrerá se a escola possibilitar ao educando o acesso ao conhecimento, sendo a chave para o desenvolvimento e emancipação dos homens.

O conhecimento possibilita a emancipação dos homens, uma vez que estes sejam capazes de refletir, e ao refletirem exercem a crítica sobre a sua realidade, o que Paulo Freire (1982) chama de educação como prática de liberdade, ao expressar que a “prática educativa [...] só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos” (p. 5). Uma participação livre e crítica dos educandos perpassa sob aspectos de uma educação pautada em uma gestão democrática de ensino.

Nos moldes tradicionais de processo educacional, ainda se fundamenta uma administração escolar pautada pela ótica do *taylorismo*¹. Nesse sentido, uma gestão democrática possui aspecto necessário à educação pública brasileira, pois tira o aspecto da administração tradicional taylorista, pressuposto de uma educação neoliberal, voltada aos resultados individuais no processo de ensino-aprendizagem (educação como produto). Por outro lado, essa visa uma educação com a participação e interesse de todos os agentes da comunidade educacional, dando voz e escuta às causas e interesses desta comunidade (o que se entende por democracia).

O Dicionário Online da Língua Portuguesa define democracia como um “regime que se baseia na ideia de liberdade e de soberania popular; regime em que não existem desigualdades e/ou privilégios de classes [...] permite que os cidadãos se expressem livremente”. Por entendimento do significado da palavra, compreende-se um sistema com a participação popular, de todos - um regime do/para o povo. Este sistema possibilita o diálogo e a construção de ideias entre as pessoas participantes deste sistema/regime. No âmbito educacional, a democracia está na plena participação/interação de todos, sendo este processo mediado pela gestão escolar.

O inciso VIII do Art. 3º da Lei Nº 9.334/1996 (LDB) dispõe que o ensino deve ser ministrado baseado nos princípios da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. Nesse aspecto, uma educação para todos está assegurada/vinculada às formas de coordenação/gerência das instituições escolares pautadas em ações democráticas e participativas no processo educacional.

Sob a perspectiva da função social da escola sob os aspectos da gestão escolar, Heloísa Lück (2009) escreve sobre as *dimensões da gestão escolar e suas competências*, e infere que

¹Taylorismo, também conhecido como Administração Científica, é um modo de organização do processo produtivo criado por Frederick Winslow Taylor no final do século XIX, em meio aos acontecimentos da Revolução Industrial. Com o objetivo de maximizar a produção, Taylor segmentou o processo produtivo, dando origem a uma forma de administração científica nas empresas, com uma nova organização do trabalho, focada na especialização dos trabalhadores e na função da gerência, criando então a chamada gerência científica.

os processos que são de uma incumbência da gestão escolar devem possibilitar a promoção de um entendimento acerca das funções a todos aqueles inseridos no processo educacional, conforme dispõe acerca da função elementar de um diretor/gestor escolar, que é:

Promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos em relação à educação e à função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza de uma política educacional, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos. (Lück, Heloísa. 2009, p. 18).

Nesta perspectiva, ao entrelaçar os objetivos da equipe docente e a comunidade escolar para um objetivo comum enquanto função/objetivo da escola, tem-se como produto a efetividade deste trabalho, pautados sobre uma filosofia e políticas educacionais dispostas.

A autora também discorre acerca da função e objetivo da escola, definindo um norte à atuação pedagógica de uma gestão escolar.

Qual é o principal objetivo da escola? A resposta lógica a essa questão é a de que os alunos aprendam e tenham a oportunidade de desenvolver o seu potencial e as habilidades necessárias para poderem participar ativamente dos contextos sociais de que fazem parte, tanto aproveitando o seu acervo sociocultural e produtivo, como contribuindo para a sua expansão. Aprendizagem e formação dos alunos são, pois, o foco do trabalho escolar. (Lück, Heloísa. 2009, p. 94).

Nesta perspectiva, uma gestão escolar deve se alinhar à aprendizagem dos educandos, tendo este objetivo como objetivo da escola, considerando as pluralidades sociais, produtivas e territórios em que os alunos/educandos estejam envolvidos.

Lück (2009, p. 70), sob os aspectos de uma gestão democrática para além de uma ótica de formação para o mundo do trabalho - que se alinha aos pressupostos neoliberais de gestão educacional, a escola deve trabalhar numa perspectiva de promoção educacional que envolva todos os educandos no processo de ensino-aprendizagem de forma assertiva e efetiva, possibilitando que todos tenham a oportunidade de acesso, sucesso e progressão neste processo, sob a perspectiva de uma educação contextualizada e de qualidade, possibilitando perspectiva de futuro aos mesmos.

Lück também afirma que “a formação do aluno e a sua aprendizagem constituem-se no objetivo central da gestão democrática” (2009, p. 71). Nesta perspectiva, a gestão escolar democrática, enquanto função/objetivo social da escola, deve-se ater à formação/aprendizagem dos sujeitos educandos. Essa formação/aprendizagem está inserida em um sentido amplo, para além de uma perspectiva neoliberal de educação, que busca um processo formativo somente pautado pela ótica do capital, que se limita a uma educação para o mundo do trabalho (interesse do capital-mercado).

Nesse sentido, uma gestão democrática perpassa pela construção dialógica entre os agentes envolvidos no processo educacional. Luckesi (2007, p. 15) expressa que “Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos. Deste modo, uma educação, derivada de uma gestão democrática, é uma educação que se atenta

sobretudo aos interesses da comunidade (local e/ou regional), contrariando o ideal de educação somente para o capital, como pressupõe o neoliberalismo.

Gestão Democrática: ações/mecanismos de transformação

A educação existe para a humanidade. Esta (a educação), segundo o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n.º 9.394/1996, dispõe que é “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nessa perspectiva, a educação para uma relação democrática entre os sujeitos deve ser observada, pensada e perpassada nos processos inerentes à escola pela gestão educacional/escolar.

Saviani expressa que a escola é constituída por meio de diferentes atores, que se juntam à realização do objetivo central da escola para garantir o funcionamento cíclico da escola. Nesse sentido, a direção/gestão escolar é a base principal para a construção das ideias e real razão do ser da instituição escolar.

Dado o caráter da instituição, a escola possui uma organização que diferencia um conjunto de funções hierarquizadas, desempenhadas por diferentes atores que, por meio de objetivos específicos, concorrem para a realização do objetivo central que é a razão de ser da instituição. O diretor apresenta-se, então, como o responsável máximo no âmbito da unidade escolar e seu papel poderia ser definido genericamente nos seguintes termos: garantir o bom funcionamento da escola. (Saviani, 1996, p. 207).

Libâneo (2007), ao discorrer sobre a gestão escolar, expõe que ela é um “sistema que une pessoas, considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelece entre si e com o contexto sociopolítico, nas formas democráticas de tomada de decisões” (p. 324). Este aspecto intencional é mediado pelo processo geracional no que tange ao planejamento e perspectivas de transformação da realidade discente/comunitária.

Neste sentido, a intencionalidade é um processo que deriva da gestão escolar, em que se alinha aos objetivos e interesses (união de pessoas em prol de algo) que tem objeto as tomadas de decisões no ambiente escolar, de forma organizada-planejada-consciente, conforme explana Lück ao refletir acerca da gestão, em que infere que esta é “caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, a organização e o planejamento do trabalho” (2007, p. 36).

Pensar o processo educativo, por meio de uma gestão democrática, é planejar ações e meios para o alcance de metas/objetivos educacionais. Em uma perspectiva democrática, romper com os aspectos neoliberais de centralidade na educação, especialmente centrada na pessoa do diretor(a) - e de objetivos individuais para com os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (alunos/educandos), é refletir acerca dos mecanismos e ferramentas de transformação e interação dos agentes envolvidos no processo educacional. Como observa-se, as possibilidades educacionais estão para além de aspectos neoliberais de

educação (modelo individualista, que visa a preparação para a função laboral como um dos principais objetivos do processo educativo).

Os mecanismos/ferramentas de transformação, relacionada à participação democrática dos agentes da escola estão relacionados ao processo de planejamento (intencionalidade), que define os meios para a conclusão do objetivo, tais como projetos educacionais e comunitários; ações pedagógicas; grêmios estudantis; conselhos escolares e reuniões entre professores, gestores e a comunidade escolar, tais atividades fomentam a participação e interação entre os agentes do processo educativo, bem como estimular atividades que envolva o protagonismo discente no ambiente escolar.

Deste modo, o planejamento é parte motriz da gestão escolar, que, por aspectos democráticos, deve ser construído a partir de uma construção colaborativa, o que deve ser disposto por mecanismos/diretrizes da instituição escolar e/ou da rede pública de ensino.

O planejamento é uma ação consciente, em que deve estar contextualizada com a realidade escolar e conectada com a intencionalidade da mesma.

O planejamento faz parte das atividades gestoras de todas as unidades escolares. Podemos afirmar que ele é parte intrínseca do fazer pedagógico, porém é necessária a participação real de todos os atores sociais e, para que isso aconteça, o gestor tem um papel fundamental para que essa participação aconteça de fato. (Nascimento, 2020, p. 77).

Ao construir uma ideia, pensa-se em planejá-la/executá-la. No âmbito educacional, o planejamento é a base para a construção das diretrizes da escola, alinhado às diretrizes locais e regionais. As diretrizes, assim entende-se, da escola são o que é constituído por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que, sob a ótica democrática, é um dos elementos-mecanismos para transformação da realidade escolar pública.

Vasconcellos (2002), ao refletir acerca da realidade escolar, expõe que o Projeto Político-Pedagógico é “um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação” (p. 169). Neste sentido, considera-se este documento como um referencial que atua como norteador, em que deve ser um objeto identitário da instituição e comunidade escolar.

Resume-se o PPP como o produto possibilitador para ação e transformação da instituição escolar, atentando-se aos pressupostos teóricos-metodológicos, em consonância com as legislações pertinentes vigentes e as funções educacionais, sistematizando as ações-intenções para com o processo educativo - junto aos anseios da comunidade escolar.

As etapas que definem os projetos e ações a serem construídos/implementados na realidade escolar devem ser articuladas de forma participativa, com as indicações/sugestões de todos os sujeitos envolvidos na escola. Paro (2016) cita que “a participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho feito ao caminhar (...) democratização se faz na prática” (p. 24).

Neste aspecto, a ação intencionada pela gestão pedagógica, sob a perspectiva do diálogo e interação entre a comunidade escolar, ocorre mediante o intrínseco processo de participação entre esses respectivos agentes (equipe escolar). Neste sentido, uma gestão

democrática busca sempre ampliar a relação entre gestão/coordenação pedagógica, professores e a comunidade escolar.

Pois, corroborando neste sentido de construir uma gestão com participação de pessoas para além de uma ótica do senso comum acerca da gestão/administração escolar, Santana & Schmitz explanam que uma gestão democrática está centrada na plena participação e contribuição da comunidade escolar.

Uma gestão democrática, contudo, não existe se a comunidade não for efetivamente parte integrante, pois sem sua inserção torna-se difícil atender à contextualização de ensino e aos objetivos sociais da educação. O envolvimento dos pais/responsáveis, como também de outros membros da comunidade local, em assuntos escolares é importante para garantir uma coerência entre valores ensinados à criança e ao jovem e um maior compromisso de todas as pessoas engajadas nos processos educacionais. (Santana; Schmitz, 2012, p. 172).

Sob essa ótica, gestores, em consonância com as funções sociais da escola, podem por meio de uma gestão democrática (de todos e com todos), possibilitar uma educação que emancipe política, social e educacionalmente as pessoas, tornando-as agentes de transformação na sociedade, com participação plena e efetiva, sendo estes cidadãos críticos, autônomos e criativos, para além de uma formação educacional instrucional e minimalista, em que condiciona as pessoas a processos conteudistas (salienta-se que este aspecto é extremamente importante, contudo, não é o fim da educação) e limitados, voltados para o capital (mundo do trabalho).

A educação está introduzida em causas-segmentos, ações e objetivos que estão para além de uma ótica neoliberal, tais como questões climáticas, ambientais, étnicas, sociais e políticas, se assim não pensada-articulada, as instituições escolares públicas reproduzem somente e capacitar pessoas para o mercado de trabalho (assim limitando os sujeitos a uma parte setorial da sociedade: o trabalho), sem cumprir com a sua nobre função social, o qual é a plena formação dos sujeitos para a cidadania-sociedade.

Deste modo, uma gestão fundamentada em critérios democráticos, em que as vozes dos agentes da escola (gestores, professores, equipe escolar, alunos e famílias) são respeitadas e discutidas, tende a possibilitar uma educação emancipadora, em que esta serve como aparelho para que os interesses e as possibilidades, sugestões discentes e comunitárias possam ser escutadas e dialogadas, possibilitando a emancipação, autonomia e participação social plena destes sujeitos.

Considerações Finais

Ao observarmos a relação entre escola - e a sua função social - e o neoliberalismo, inferimos que esta relação é alimentada por aspectos históricos e sobretudo pelo interesse do capital (na formação de sujeitos para o mesmo), em que se ditam os aspectos e os processos administrativos e educacionais na educação pública e privada. Esta tendência está inserida nas escolas e nos espaços públicos, semelhante a elaborar e estruturar bases para a manutenção do capital mediante atuação em espaços da administração pública - constitui-

se contraditório, neste sentido, uma vez que a bandeira defendida por tal tendência é a mínima ação estatal, contudo, anseiam e se inserem no estado.

É possível afirmar que neoliberalismo está inserido/é percebido nas escolas por meio das ações administrativas (gerenciais), hierarquizações, no autoritarismo, diretrizes e por meio de ideologias que refletem na identidade escolar - no processo de interação entre gestão-professores-alunos, dispostos em sistemas avaliativos, tendências pedagógicas, padronização dos processos de ensino-aprendizagem, conteudismo/instrumentalismo (neste ponto, destaca-se que o conteúdo é parte intrínseca do processo educacional, contudo, não deve ser o objetivo principal deste) e concepções doutrinárias de desenvolvimento educacional (características organizacionais do sistema/ambiente escolar).

Acerca da relação escola e neoliberalismo, gestão democrática e função social da escola, constata-se em uma visão panorâmica de uma educação centrada na tradicionalidade, mecanização e reprodutora dos ideais neoliberais de educação, limitando o sentido/função social da mesma à reprodução do trabalho, do que como cenário educacional precisa ser visto e fomentado, como espaço para criação, diálogo, interação, dúvida, crítica e como base para o surgimento de novos (e a aprimoramento dos já existentes) conhecimentos - inserindo ao processo educativo aspectos políticos, sociais, econômicos e temáticos da região da comunidade escolar.

Atualmente, a educação tem dado sinais de que caminha para um processo educacional progressista, rompendo com antigas concepções ultrapassadas que instituem um processo perverso na prática educativa. Contudo, marcas e raízes de uma educação que forma-reproduz pessoas para o mundo do trabalho são introduzidas em raízes profundas que ainda são difíceis de arrancar.

Assim, é possível concluir que é necessário compreender que, por meio de uma gestão democrática-participativa, a escola pode construir e produzir mais para a sociedade do que somente formar pessoas para o mundo do trabalho, devolvendo à sociedade cidadãos críticos, racionais, autônomos, reflexivos e comprometidos com o bem comum. Corroborando o exposto, Libâneo (2007) expõe que, em uma perspectiva progressista da educação, a função da escola está embutida no papel transformador da mesma, preparando os sujeitos para a realidade do mundo adulto e suas contradições, possibilitando a socialização, participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Destarte, este estudo deve ser aprimorado na perspectiva de buscar mais meios e mecanismos que valorizem e deem sentido prático a uma educação para além do capital (tendência neoliberal), em que se refletem possíveis ações pedagógicas que fomentem uma educação inclusiva (de todos), ressaltando a importância da educação para todo o sistema social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980, p. 41-68. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideologicos-do-estado.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

AZEVEDO, M. L. N. Liberalismo, neoliberalismo e educação. *In: Educação e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá - uma experiência de Charter School?* [online]. Maringá: EDUEM, 2021, pp. 71-100. ISBN: 978- 65-87626-06-2. <https://doi.org/10.7476/9786587626062.0005>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

DEMOCRACIA. *In: DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/democracia/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Prefácio. *In: Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo / organização Olinda Evangelista, Allan Kenji Seki*. 1. ed. Araraquara [SP]: Junqueira&Marin, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? *In*: LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**; 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. Em Aberto / **Gestão escolar e formação de gestores**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 1, n. 1, (nov. 1981).

NASCIMENTO, Francimária Santana de Sousa. Gestão Escolar: A importância da gestão democrática e participativa nas escolas públicas brasileiras. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, 9. ed., v. 07, p. 75- 83. Set. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 2, julho-dezembro, 2002, p. 11-23.

PEREIRA, C. M. R. B; CARLOTO, D. R. Reflexões sobre o papel social da escola. Pesquisar - **Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia Florianópolis**, v. 3, n. 4, maio 2016.

SANTANA, M. S.; SCHMITZ, H. A percepção da comunidade escolar sobre a participação na gestão da escola: um estudo de caso. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 21, n. 38, 2013. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2012.v21.n38.p%p. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/527>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, T. T. Capítulo 1: A “nova” direita e as transformações na pedagogia política e na política da pedagogia. *In*: GENTILI, P. & SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petropolis: Editora Vozes, 1994, p. 9-30.

VASCONCELLOS, C. S. Projeto Político Pedagógico. *In*: **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2002, p. 169-200.